

Tales Faria

Lula manterá Wagner no cargo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou claro ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), que não pretende afastá-lo do cargo neste momento. O senador foi alvo da nova fase da Operação Compliance Zero da Polícia Federal, deflagrada nesta quinta-feira, 18, que investiga o esquema de fraudes envolvendo o Banco Master.

Ao autorizar a operação, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, relator do caso, afirmou que o senador “é apontado pela PF como suposto beneficiário central das vantagens econômicas investigadas, figurando como agente público em favor de quem teriam sido estruturados pagamentos, benefícios e aquisições patrimoniais”.

Wagner disse ao presidente que está “tranquilo quanto a provar a inocência”. Mas sugeriu que pode sair se Lula assim o quiser. A resposta do presidente foi de que não teve oportunidade de se defender no caso da Lava Jato e que não fará isso com ninguém.

“Brigue por sua inocência, prove que não tem nada a ver com isso”, disse Lula. Os dois conversaram por telefone, pois o líder estava na Bahia. A conversa foi classificada pelo senador como uma “manifestação de solidariedade” do presidente.

Ele se sentiu seguro, inclusive, para declarar em entrevista à Band News:

“O presidente Lula ligou para se solidarizar comigo, dizer que mantém absoluta confiança, a gente se conhece há 48 anos. Portanto, ele sabe como é o meu modo de agir. Ele só ligou para dizer: ‘Fique firme, essa é uma tentativa de desestabilizar você, mas conte com a minha confiança.’”

A avaliação no Palácio do Planalto é de que não haveria nenhum ganho com o afastamento de

Wagner da liderança. O estrago político já está feito desde o momento em que a PF deflagrou a operação. Alguns auxiliares do presidente acham que, ao contrário, a saída de Jaques Wagner soaria como uma confissão de culpa.

Na equipe de campanha, a ordem é emplacar o discurso de que somente no governo do PT a PF teria liberdade para fazer busca e apreensão contra um líder do governo. Lembrar o quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afastou seu ministro da Justiça, o hoje senador Sérgio Moro, porque queria impedir investigações da PF sobre seus filhos.

Em uma reunião ministerial cujo vídeo vazou, Bolsonaro reclamou da falta de informações da PF e afirmou que iria interferir:

“Eu não vou esperar f* minha família toda de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura. Vai trocar. Se não puder trocar, troca o chefe dele. Se não puder trocar o chefe. Troca o ministro [olhou na direção de Moro]. E ponto final. Não estamos aqui para brincadeira.”

Agora pré-candidato ao governo do Paraná pelo PL, Sérgio Moro participou de evento nesta quinta-feira ao lado do pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL) em que defendeu a atuação do ex-presidente na área de segurança.

O PT, no entanto está dividido. O ex-líder na Câmara Rogério Correia (MG) postou nas redes sociais: “Na condição de investigado, Jaques Wagner deve se afastar da liderança do governo para se dedicar à sua defesa, resguardada a presunção de inocência. A Polícia Federal está fazendo seu trabalho, e quem cometeu irregularidades deve responder por elas.”

Fernando Molica

Roubo: nem regra, nem exceção

A entrada do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), no rol formal de investigados por suspeita de participação no mega esquema do Banco Master reforça que a corrupção não chega a ser uma regra na política brasileira, mas também não deve ser considerada uma exceção.

Como sempre, é preciso aguardar mais investigações e provas, não generalizar, não partir para a lógica de que todos os políticos e partidos são iguais, que ninguém presta, que todo mundo é safado. Há diferenças importantes entre suspeitos, mas é inegável que a cultura do malfeito passou a fazer parte da estrutura da nossa democracia.

Uma parte daqueles que elegemos vê em seus mandatos uma espécie de passe livre para a obtenção de vantagens pessoais, estão lá para isso. Outros não chegam a priorizar a roubalheira, mas não dispensam um faz-me rir, uma, digamos, ajuda para a campanha eleitoral.

O processo de corrupção é facilitado pela lógica institucional brasileira, protagonizada, na maioria dos casos, por partidos e políticos que, em público, apresentam-se como representantes de interesses genéricos, palavras e expressões feitas mais para esconder do que para revelar — e tome de defesa de supostos interesses da comunidade, das famílias, da pátria, de Deus.

Políticos que tanto repetem esses chavões sabem que as brigas são outras, têm a ver com uma disputa de interesses — alguns legítimos, outros nem tanto —, de projetos que, de um jeito ou de outro, envolvem recursos públicos.

São discussões que deveriam ser mediadas por um viés ideológico: a esquerda, de um modo geral,

defende recursos para escolas públicas; setores de direita radicalm adeptos de teses liberais preferem, como tantas vezes verbalizou Paulo Guedes, o fornecimento de vouchers para estudantes se matricularem na rede privada.

As opções podem e devem ser discutidas. O problema é quando a conversa se dá não por diferentes visões de mundo, mas por jogadas ligadas ao bolso de gestores ou parlamentares. A inexistência de compromissos mínimos dos partidos estimula a formação de blocos do eu-sozinho. E aí, cada um um defende seu próprio interesse; não raras vezes, o de terceiros. O PSD teve ministros nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Lula 3 — e isso é visto como normal.

Não existe sistema político imune à corrupção, o exercício de qualquer poder atrai interesses e ofertas de cooptação. Mas a exigência de um ideário mínimo ajudaria a prevenir alguns absurdos ou, pelo menos, demandaria um mínimo de compostura. O negócio por aqui ficou tão escandaloso que a expressão “fazer política” passou a ser quase sinônimo da oferta de vantagens em troca de votos no Congresso.

A operação contra o ex-governador baiano, líder do governo do Senado, indica que a PF, a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal não têm protegido alvos nos poderes Legislativo e Executivo, mas ressalta também uma aparente passividade em relação ao Judiciário. As suspeitas em relação aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes são muito relevantes para que sejam ignoradas.

EDITORIAL

Em guerra avisada, “morre” quem não tem escolha

A superlotação dos hospitais de Campinas voltou mais uma vez às manchetes dos jornais. O motivo? Prontos-socorros operando muito acima da capacidade, pacientes em macas nos corredores e autoridades cobrando a abertura urgente de novos leitos. O cenário preocupa e exige respostas rápidas, entretanto, impõe uma reflexão inevitável: até que ponto essa situação era realmente imprevisível?

A pressão sazonal sobre a rede de saúde não é novidade. Todos os anos, especialmente nos períodos de inverno, aumentam os casos de doenças respiratórias, agravamentos de enfermidades crônicas e a procura por atendimentos de urgência. O crescimento populacional da Região Metropolitana de Campinas (RMC), a centralização de serviços de alta complexidade na metrópole e o envelhecimento da população são fatores conhecidos e previsíveis.

Quando uma situação se repete ano após ano, deixa de ser “uma emergência” e passa a exigir um planejamento eficiente.

É notório que gestores municipais, estaduais e hospitais funcionam driblando limitações financeiras, burocráticas e estruturais. No entanto, justamente por conhecerem os períodos de maior demanda, deveriam criar mecanismos permanentes de contingência, capazes de serem acionados antes que a ocupação alcance os atuais níveis críticos.

Ampliação temporária de leitos,

contratação emergencial previamente planejada, fortalecimento da atenção básica e integração regional mais eficiente são ações que não podem depender apenas da urgência de um período previsível de alta demanda.

A cobrança da Prefeitura ao Estado por mais leitos é legítima. Campinas atende, além dos habitantes da urbe, pacientes de dezenas de municípios da região, exercendo papel estratégico na rede pública de saúde.

Contudo, a discussão não pode se limitar à abertura emergencial de vagas quando a crise já está instalada.

Experiência recente demonstra que a capacidade de expansão existe. Durante a pandemia, leitos foram criados em curto espaço de tempo, profissionais foram contratados e estruturas foram adaptadas para enfrentar uma demanda extraordinária. A experiência deveria ter servido para consolidar protocolos permanentes de resposta rápida na área da saúde.

A população espera mais do que soluções emergenciais. Espera previsibilidade, coordenação e planejamento. Afinal, quando o sistema de saúde chega ao limite, quem paga o preço não são os gestores, mas sim os pacientes que aguardam atendimento em uma situação de alta fragilidade.

Crises acontecem, mas o que não pode acontecer é sermos surpreendidos por circunstâncias totalmente previsíveis, por problemas que já estavam anunciados.

Opinião do leitor

Emoção nítida

O inglês Lewis Hamilton, heptacampeão da Fórmula 1, não conseguiu esconder a felicidade ao vencer o Grande Prêmio de Barcelona. Tem talento, profissionalismo, mas principalmente paixão pelo que faz.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sâ e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrada 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.